

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasiliense

Class.: 139

Data: 01.02.92

Pg.: \_\_\_\_\_

# Pará reage contra áreas indígenas

140  
A criação das áreas indígenas de Baú e Mencragnoti, no sul do Pará, provocou forte reação do governo do estado. As novas áreas — que se unirão à reserva dos índios caiapó, se superpõem a parte do território de um milhão de hectares que o estado havia reservado para conversão da dívida. Além disso, argumenta o secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Nelson Ribeiro, as portarias do Ministério da Justiça que determinam a demarcação destas áreas aumentam para 21 por cento o total de terras do estado reservados a populações indígenas.

Segundo Nelson Ribeiro, a constitucionalidade do processo de criação das novas reservas é discutível, porque com o fim do grupo interministerial que analisa a criação de novas áreas, a lei exige que um grupo técnico formado por antropólogos, geólogos e outros profissionais seja responsável pelo relatório de cada caso. "Nestes dois casos, o governo do Pará sequer foi ouvido e a questão cai no terreno do absurdo quando se destina um milhão e 850 mil hectares para 102 índios (baú) e 4 milhões e 913 mil hecta-

res para 479 índios mencragnoti", disse o secretário.

De acordo com ele, depois de demarcadas as áreas dos baú e dos mencragnoti, unida aos caiapó e que se estende ao território de Mato Grosso — passando pela área do Exército na divisa dos dois estados — o novo parque será maior que a reserva dos índios ianomami, em Rondônia. Segundo o secretário, para negociar a conversão da dívida do estado, o governo havia escolhido exatamente uma área absolutamente virgem, importante para pesquisa de biodiversidade e que seria administrada pelo Museu Emílio Goeldi.

A população dos baú e dos mencragnoti é muito reduzida e não vive em toda aquela extensão entre o Xingu e o Iriri, justificou o secretário Nelson Ribeiro, ressaltando que pelo um milhão de hectares o governo pretendia ver abatidos de sua dívida um total de 120 milhões de dólares. Ele acrescentou que a decisão do Ministério da Justiça "que não teve qualquer preocupação com a questão ambiental" deve ser reexaminada.